

EMERSON GARCIA

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

A Resolução das
Conflitualidades Intrínsecas
da Norma Constitucional

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

© 2015 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Garcia, Emerson

Interpretação constitucional: a resolução das conflitualidades intrínsecas
da norma constitucional / Emerson Garcia. – – São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9986-1

ISBN 978-85-224-9987-8 (PDF)

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional – Interpretação
3. Norma constitucional I. Título.

15-02766

CDU-342.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Constituição: Interpretação : Direito constitucional 342.4
2. Interpretação constitucional : Direito constitucional 342.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas</i>	ix
<i>Nota biográfica</i>	xiii
<i>Trabalhos publicados</i>	xv
<i>Prefácio</i>	xxiii
<i>Considerações iniciais</i>	xxvii

Introdução, 1

- 1 Gênese da conflitualidade: o sistema constitucional e a relação texto-contexto, 1
- 2 Conflitos e decisões no plano jurídico-constitucional, 12
- 3 Tese de fundo: conceito, contextualização e perspectivas da conflitualidade intrínseca, 28
- 4 Delimitação e importância do objeto da investigação, 36
- 5 Metodologia utilizada, 40
- 6 Plano da investigação, 43

Título I – CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA DA NORMA CONSTITUCIONAL, 47

Capítulo I – Formação da conflitualidade intrínseca, 49

- 1 Aspectos introdutórios, 49
- 2 Enunciado linguístico, disposição normativa e norma constitucional, 56
- 3 Conflitualidade intrínseca e antinomia: distinção ontológica e relação consequencial, 72
- 4 A norma constitucional e sua conflitualidade intrínseca: peculiaridades, 77
 - 4.1 A conflitualidade intrínseca nas distintas espécies de norma constitucional, 81
- 5 Concausas da conflitualidade intrínseca, 98
- 6 Aspectos do contexto ambiental, 101

Capítulo II – Planos de projeção da conflitualidade intrínseca, 109

- 1 Aspectos introdutórios, 109
- 2 A conflitualidade no plano linguístico, 110
 - 2.1 A funcionalidade da linguagem, 113
 - 2.2 A tríade estrutural da comunicação normativa: linguagem, cultura e pensamento, 117
 - 2.3 A Constituição formal e a “*linguagem para propósitos específicos*”, 126
 - 2.4 Interferências na compreensão dos enunciados linguísticos normativos, 135
 - 2.4.1 A estrutura dos enunciados linguísticos enquanto mecanismo de prevenção das interferências, 154
 - 2.5 Inferências do discurso normativo, 167
 - 2.6 A carga emotiva da linguagem constitucional, 174
- 3 A conflitualidade no plano axiológico, 179
 - 3.1 O constitucionalismo e a virada axiológica, 188
 - 3.2 Valores: formação e relevância, 214
 - 3.2.1 O consenso no delineamento da base axiológica da Constituição formal, 226
 - 3.2.2 O relativismo axiológico e a superação do fundamentalismo, 231
 - 3.2.3 Os valores constitucionais e o seu alicerce cultural, 237
 - 3.2.4 Norma e valor: uma distinção necessária, 242
 - 3.2.5 O papel dos tribunais na sedimentação da axiologia constitucional, 246
 - 3.3 Concepções ideológicas da ordem constitucional, 250
- 4 A conflitualidade no plano teleológico, 255
 - 4.1 A teleologia constitucional e a inter-relação entre referenciais jurídicos e políticos, 262
 - 4.2 A Constituição entre a autonomia política e o comprometimento teleológico, 270
 - 4.3 O poder e a pessoa humana como epicentro das dissonâncias teleológicas, 277
 - 4.4 O utilitarismo constitucional: proteção ou ameaça às liberdades individuais?, 287
- 5 A conflitualidade no plano operativo, 297
 - 5.1 A liberdade entre o *facere* e o *non facere*, 303
 - 5.2 A realização do referencial de igualdade, 314
 - 5.3 A implementação dos direitos prestacionais, 325

Título II – INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E RESOLUÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA, 337

Capítulo I – Considerações preliminares, 339

- 1 A resolução da conflitualidade intrínseca e suas implicações, 339
- 2 Fatores endógenos que influem na resolução das conflitualidades intrínsecas, 344
- 3 Fatores exógenos que influem na resolução da conflitualidade intrínseca, 347
- 4 Ambivalência da interpretação constitucional: propulsão ou resolução da conflitualidade intrínseca, 354

Capítulo II – Resolução da conflitualidade intrínseca e primazia da pessoa humana, 357

- 1 A pessoa humana e sua dignidade, 357
- 2 A teoria dos círculos e o delineamento da dignidade humana, 364
- 3 A dignidade humana e o seu potencial expansivo, 370
 - 3.1 Dignidade humana e mínimo existencial, 372
- 4 Limites dos direitos fundamentais e conflitualidade intrínseca, 376

Capítulo III – A funcionalidade resolutiva da interpretação constitucional, 387

- 1 Aspectos introdutórios, 387
 - 1.1 Elementos constitutivos da interpretação constitucional: argumentação e interpretação *stricto sensu*, 393
- 2 Teorias da interpretação constitucional, 397
 - 2.1 Teorias do contrato, 399
 - 2.2 Teorias axiológicas, 417
 - 2.3 Teorias procedimentais, 424
- 3 Funcionalidades da interpretação constitucional, 431
 - 3.1 Interpretação constitucional: reconhecer ou adjudicar?, 432
 - 3.2 Tensão dialética entre segurança jurídica e função de integração criativa, 438
- 4 O intérprete e o seu elemento anímico, 453
 - 4.1 Pré-compreensão e compreensão na interpretação constitucional, 458
 - 4.2 O sentimento constitucional, 461
 - 4.3 Ideologias do discurso interpretativo, 463
- 5 Hermetismo ou permeabilidade textual, 465

- 5.1 Os extremos do formalismo e do realismo, 466
- 5.2 Discurso interpretativo e fatores ambientais que interagem com o texto, 488
- 6 Postulados de racionalidade na interpretação constitucional, 492
 - 6.1 Postulado do não absurdo e retração textual, 508
- 7 Métodos de interpretação constitucional, 513
 - 7.1 Métodos clássicos e insuficiência do “*quadrado Savigny*”, 517
 - 7.2 Método tópico-problemático e abertura sistêmica, 525
 - 7.3 Método concretizador, 533
 - 7.4 Ponderação pré-normativa, 537
 - 7.5 Sinergia metódica e argumentação jurídica, 543
- 8 Adjudicação de significado e liberdade decisória do intérprete, 555

Proposições, 561

Referências, 573

Índice alfabético-remissivo, 649

Índice de autores, 661